

## CORREIO ECONÔMICO

## Valor de meta fiscal 'derrete', mas dívida preocupa mercado

Enquanto a 1ª desperta maior desconfiança, a 2ª bate 78,5% do PIB

Por Marcello Sigwalt

Quase não é tudo. A expressão, embora óbvia, força a compreensão quanto à perspectiva de o governo federal, a despeito de, ao menos, se aproximar do limite inferior da meta de resultado primário deste ano (déficit de R\$ 28,8 bilhões) este ano, relegar a segundo plano a estabilização da trajetória da dívida bruta.

Tal fato tem despertado, tanto temores, quanto desconfianças crescentes do mercado quanto à permanência do risco fiscal na gestão econômica. Trocando em miúdos: a despeito da 'quimera' tecnocrata, de 'perseguir' a estabilização da trajetória da dívida bruta no curto prazo, esta já totalizou R\$ 8,826 bilhões (78,5% do PIB) em julho último (último dado disponível), o que torna irrelevante o verborrágico discurso oficial, em torno da meta primária, uma vez se consolida a percepção, entre analistas, a percepção de que as despesas continuarão, por tempo inde-



Objetivo federal de atingir meta fiscal perde para o crescimento 'explosivo' da dívida

terminado, excluídas do resultado primário.

Prova disso, na contramão do que prega o último relatório bimestral do Orçamento – que previu um déficit de R\$ 28,3 bilhões este ano, que estaria 'em linha' com o piso da meta – o rombo estimado

para 2024 já atinge R\$ 68,8 bilhões, cifra que inclui as despesas federais para auxílio à calamidade climática gaúcha, de combate às queimadas e aquelas com precatórios, deixados de fora no cômputo da meta fiscal.

Fazendo 'coro' ao consenso

geral, a diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, Solange Srouf, comenta:

"Não vou dizer que a meta perdeu completamente importância, mas ela sai enfraquecida com essas despesas fora do seu escopo".

## Estabilidade requer superávits seguidos

Nesse contexto, Solange aponta que o resultado primário, como um todo, é que influencia a trajetória da dívida bruta, uma vez que são necessários superávits recorrentes para que se obtenha estabilidade no endividamento. Como pressuposto para que tal estabilização se concretize, a diretora da UBS condiciona o que chamou de 'medidas estruturais de controle de gastos'. "Se só contarmos com redução de fraude e pente-

-fino, não vamos conseguir".

Solange vai mais longe em sua análise, acrescentando que 'as indicações são de que a disparidade entre o resultado primário 'carimbado' com meta e aquele efetivo deve continuar nos próximos anos, a exemplo do ceticismo do mercado em relação ao cumprimento do acordo entre Planalto e Supremo, no sentido de adiar, para depois de 2027, a inclusão de todas as despesas com precató-

rios na meta fiscal.

Sem considerar as despesas excluídas da conta primária, o que preocupa o economista do Itaú Unibanco, Pedro Schneider, são políticas públicas propostas fora do Orçamento, como o reforço eleitoral ao programa assistencialista batizado de 'Auxílio Gás'.

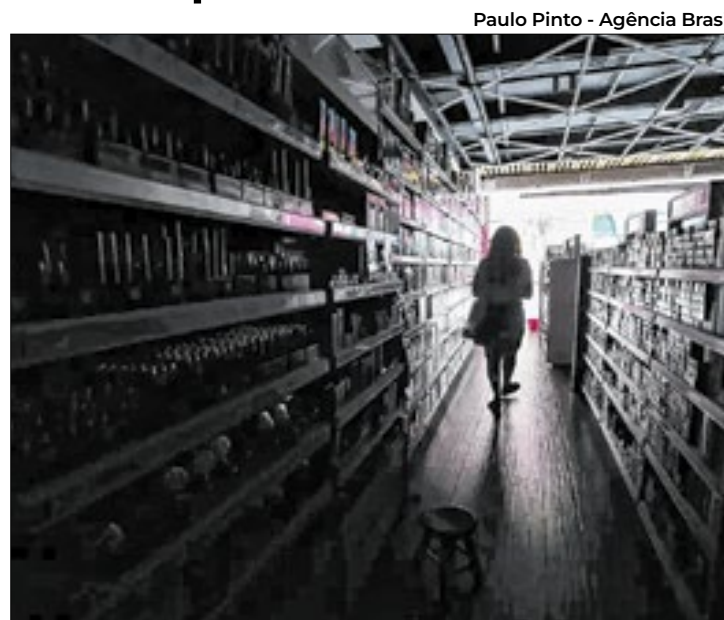
Como atestado do 'enfraquecimento' das regras fiscais brasileiras, Schneider lembra que experiências anteriores

mostram um caminho disruptivo. "Em vez de mudar a regra fiscal inteira, os governos vão e mudam o que entra na contabilização da regra". Lançando mão da chamada "estatística paralela", o economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos observa que o governo, para atingir o piso da meta, inclui, como efeito positivo extraordinário os R\$ 8,6 bilhões esquecidos em contas bancárias e outras instituições. (M.S.)

## Senacon abre processo contra a Enel

'Xerife' do Executivo, em matéria de interesse público, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) anunciou a abertura de processo administrativo para que sejam investigados 'fatos' e 'provas' exibidas pela distribuidora Enel, no que toca ao impacto da falta de energia na região metropolitana de São Paulo, que deixou às escuras, 3 milhões de paulistanos, atingidos por uma tempestade de chuvas e ventos de até 107 quilômetros por hora. A intenção do órgão do Ministério da Justiça é no sentido de medir a eficácia dos 'canais de comunicação' da companhia, para equacionar o problema.

A decisão da secretaria ocorre após esta notificar a distribuidora por duas vezes seguidas, no prazo de uma semana. Após cinco dias, o órgão recebeu respostas incompletas, no que se refere à falta de energia, os canais de atendimento dis-



Notificação da Senacon eleva pressão contra a Enel

poníveis e os planos emergenciais para restabelecer o fornecimento de eletricidade, o que consolidaria um 'diagnóstico completo' do evento.

Como a ocorrência do apagão é recorrente, a Senacon quer saber da Enel a respeito da adoção de medidas preventivas,

como plano de contingência e o plano de reparação aos consumidores afetados pelos apagões do ano passado. Já em relação a 2024, as demandas do órgão se referem à manutenção da rede, a poda de árvores e possíveis falhas na prestação do serviço.

Em nota, o titular da Se-

nacon, Wadih Damous, frisou que destacou que "eventos climáticos extremos, embora desafiadores, não podem servir como justificativa para a falta de planejamento e resposta adequada de empresas concessionárias".

Elevando a temperatura de 'indignação' do Planalto com o problema, seu mandatário-mor reagiu: "Temos árvores que podiam ser podadas e não foram. Era o mínimo que prefeito deveria fazer". A exemplo do auxílio prestado aos atingidos pela tragédia no Rio Grande do Sul, o chefe do Executivo avaliou que a população paulista afetada teria direito a um programa de crédito similar.

O mandatário estimou em 850 mil pessoas o contingente de afetados com a falta de energia elétrica em seus domicílios. "Temos 250 mil comerciantes que têm direito ao Pronampe", concluiu. (M.S.)

## MEI com dívida pode perder o Simples

Mais de 1,8 milhão de microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) de todo o País correm o risco de exclusão do Simples Nacional por inadimplência. Juntos, eles devem R\$ 26,7 milhões, segundo a Receita Federal.

Dos mais de 1,8 milhão, 1.121.419 são MEIs, e outros 754.915 são ME ou EPP. Eles são apontados como os maiores

devedores, segundo a Receita, e não a totalidade daqueles que possuem débitos com os órgãos federais.

Se não acertarem as contas com o Fisco antes do dia 1.º de janeiro de 2025, os inadimplentes serão excluídos do Simples. Se for MEI, será, automaticamente desqualificado do Simples Nacional do Microempendedor Individual (Simei) também a partir do primeiro dia do ano que vem.

Regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos por MEIs e empresas de pequeno porte, pelo Simples, as empresas unificam o pagamento, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), e municipais, como o Imposto Sobre Serviços (ISS), e a contribuição patronal para Previdência.

Entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro, foi dispo-

nibilizado no Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional e MEI (DTE-SN) o aviso de que a empresa pode ser excluída e quais são as suas pendências com a Receita Federal ou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Após consultar se há notificação, o empreendedor deve acessar o portal do Simples ou ainda o portal e-CAC da Receita Federal, ambos acessáveis pelo portal gov.



Sistema instantâneo de pagamentos ganha restrições

## Banco Central adota regras mais rígidas para o Pix

Ante à sucessão recorde de vazamentos de dados, sobretudo neste ano, o Banco Central (BC) decidiu adotar regras mais rígidas para o Pix, visando garantir a segurança das transações e impedir fraudes.

A partir de 1º de novembro, transferências superiores a R\$ 200 só poderão ser feitas, por meio de telefone ou computador previamente ca-

dastrados pelo cliente da instituição financeira. Aos dispositivos não cadastrados, o limite diário passará a ser de R\$ 1 mil.

O BC explica a exigência de cadastro se aplica apenas aos celulares e computadores não utilizados para fazer o Pix. Já aqueles que usam a ferramenta, as novas restrições não valem. O Pix Automático será lançado em 16 de junho de 2025.

## Tecnologias

Caberão às instituições financeiras o aperfeiçoamento das tecnologias de segurança, inserir soluções de gerenciamento de fraude, visando identificar transações Pix atípicas ou 'incompatíveis' com o perfil do cliente e informações de segurança alocadas no BC.

## Amplio acesso

Além de especificar aos clientes, em canal eletrônico de amplo acesso, quais seriam os cuidados preventivos às fraudes, as instituições financeiras terão de verificar, a cada seis meses, se os clientes têm marcações de fraudes nos sistemas do da autoridade monetária.

Wilson Melo - Agência Petrobras



Majores empresas nacionais se unem pela energia limpa

## Petrobras e Vale assinam acordo pela descarbonização

Mediante a previsão de oportunidades de negócios em baixo carbono, como o diesel coprocessado com conteúdo renovável e gás natural, a Petrobras e a Vale assinaram, nesta sexta-feira (18), acordo para fornecimento de produtos no âmbito da pauta de descarbonização, que inclui o uso do Diesel R em veículos do

setor de mineração.

Essa é a primeira venda de diesel coprocessado com conteúdo renovável, pelo coprocessamento de derivados de petróleo com matérias-primas vegetais. Com a proporção de 14% de biodiesel, como mistura obrigatória, há como resultante que o diesel B R5 possui 18,3% de conteúdo sustentável.

## Mais verdes

Em comunicado ao mercado, a presidente da Petrobras, Magda Chambrind assinala que o acordo entre a Petrobras e a Vale "consolida o objetivo da Petrobras de aperfeiçoar a capacidade produtiva e a estrutura logística da empresa, para entregar produtos mais verdes".

## Menos emissões

O presidente da Vale, Gustavo Pimenta, por sua vez, salienta que a mineradora busca promover "a descarbonização das suas operações e de oferecer soluções para reduzir as emissões de seus clientes, aproveitando o diferencial competitivo do Brasil em combustíveis renováveis".

## Menor porte

A serem repassados por meio do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), recursos no montante de R\$ 9,4 bilhões disponibilizados a negócios de menor porte, conforme acordo firmado entre o BNDES e o Sebrae, anunciou o presidente do banco, Aloizio Mercadante, nessa sexta-feira (18).

## Três eixos

A iniciativa BNDES/Sebrae integra o Programa Acreditada, que facilita o acesso ao crédito à parcela mais vulnerável da população. Lançado pelo governo federal em 22 de abril deste ano, o programa está calcado em três eixos de ação: capacitação, empreendedorismo e emprego.